

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS URUAÇU
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

A SANTA INQUISIÇÃO NA IDADE MÉDIA

KHETTULLY DE SOUSA CARDOSO

ORIENTADOR: ERISVALDO SOUZA

URUAÇU – GO
2018

KHETTULLY DE SOUSA CARDOSO

A SANTA INQUISIÇÃO NA IDADE MÉDIA

Monografia apresentada à coordenação de história,
da Universidade Estadual de Goiás, como requisito
parcial para a obtenção do título de licenciado em
história, sob a orientação do professor Erisvaldo
Souza.

URUAÇU – GO

2018

KHETTULLY DE SOUZA CARDOSO

A SANTA INQUISIÇÃO NA IDADE MÉDIA

Monografia defendida e aprovada em _____ de _____ 2018 pela banca examinadora
constituída pelos seguintes professores:

Prof. Erisvaldo Souza
Orientador

Prof. Dr
Membro Interno

Prof. Me
Membro Externo

URUAÇU – GO
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família que me ajudou e que me apoiaram com palavras de incentivo, com forças e, principalmente, dizendo para não desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ajudar a estar onde estou e a conquistar e vencer os obstáculos e dificuldades que a vida trouxe no decorrer desse percurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPITULO I: A HISTÓRIA DA SOCIEDADE FEUDAL	
1.1- Passagens da antiguidade para a sociedade feudal	09
1.2- A sociedade feudal	13
CAPÍTULO II: OS PRINCÍPIOS DA IGREJA MEDIEVAL E SUAS RELAÇÕES DE PODER	
2.1-A igreja e seus princípios	18
2.2- As relações de poder	22
CAPÍTULO III: SOCIEDADE FEUDAL E INQUISIÇÃO	
3.1-As heresias	27
3.2-Os tribunais de inquisição	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa monográfica, tem por objetivo analisar a santa inquisição na Idade Média. Esta foi criada pelo papa Gregório IX, com o intuito de punir todos aqueles que fossem contra os princípios da igreja católica, ou que duvidasse de seus dogmas, aqueles que fossem considerados hereges, bruxos ou que tivessem outra religião que não fosse a católica.

Os nossos objetivos específicos são 3: estudar a santa inquisição na sua relação com a sociedade feudal; compreender as ações da igreja diante dos infiéis e analisar os tribunais e ações da igreja em relação a inquisição. Esse período é marcado pela contestação dos dogmas católicos e a igreja vai fazer uma forte pressão para que esses hereges parem com essas práticas de duvidar dos dogmas católicos.

Em relação ao problema de pesquisa, buscaremos responder a seguinte problemática: A partir de um estudo aprofundado sobre a santa inquisição teremos a possibilidade de esclarecer algumas questões que persistem em aparecer. Por que os hereges passaram a ser perseguidos pela igreja católica? E quais os métodos de tortura eram tão violentos, inclusive podendo levar a morte na fogueira santa? Na tentativa de responder essas perguntas, partiremos para a análise desse objeto, que está ligado diretamente as práticas da igreja medieval.

A nossa hipótese, diz respeito a crise da igreja, principalmente dos seus dogmas e a partir daí acontece a criação dos tribunais de inquisição, que foram formados precisamente no século XIII pela igreja católica apostólica romana. Eram basicamente esses tribunais que julgavam todos considerados uma ameaça as doutrinas da igreja. Os suspeitos eram perseguidores e julgados, e os que eram condenados, cumpriam as penas que era desde prisão temporária ou até mesmo perpetua, a morte na fogueira santa e os condenados eram queimados vivos em praça pública.

Entretanto, os monges do santo ofício chegavam às cidades e reuniam toda a população na igreja. A defesa era difícil, dificilmente o réu tinha direito a um defensor. Para arrancar as confissões, o santo ofício colocava espiões para vigiar o suspeito e utilizava diversas práticas de tortura.

Na metodologia dessa pesquisa, temos como proposta, realizar leituras de obras sobre a Idade Média e a sociedade feudal, textos sobre a igreja e suas práticas de inquisição, que darão uma base para o desenvolvimento desta monografia.

Uma das obras que estarei utilizando em minha monografia é o livro de Ginzburg O Queijo e os Vermes (1987) que trata do cotidiano e das ideias de um moleiro perseguido pela inquisição, é uma história do século XVI sobre a inquisição medieval e sobre a cultura popular e erudita da época.

O autor além de discutir um tema instigante, ele consegue fazer uma narrativa que envolve e ao mesmo tempo, construir o perfil da personagem abordando suas principais ideias e ações durante todo o processo no qual teve que responder para os inquisidores da igreja.

Todos tinham que seguir os passos da igreja, caso contrário, era postos diante do tribunal de inquisição, onde os hereges eram punidos com reclusão, penitências, humilhações e morte na fogueira. Menocchio foi acusado e condenado a herege, ele passou por dois interrogatórios aos quais ele não demonstrou arrependimento, mesmo tendo pedido perdão ao inquisidor ele manteve suas ideias e pregava as suas.

Essa pequena passagem sobre o personagem da obra de Ginzburg, mostra um pouco do que era a sociedade feudal e suas práticas de perseguição e condenação dos hereges. No nosso texto, iremos depois expor mais elementos históricos sobre esse personagem.

Esta pesquisa monográfica por fim, está dividida em três capítulos para podermos realizar melhor o nosso estudo de pesquisa e mostrar para nossos leitores uma certa quantidade de informações importantes sobre esse tema.

No primeiro capítulo a proposta é analisar um pouco sobre a história da sociedade feudal, trabalhando alguns fatos históricos da sociedade antiga para a sociedade feudal e mostrando também as principais características da sociedade feudal.

Já no capítulo dois a ideia é analisar a igreja medieval, sua forma de organização e suas relações de poder, pois a igreja foi na sociedade feudal, uma das principais instituições, impondo todo o seu poder a essa sociedade. Assim, mostrar o quão foi importante a ação da igreja nesse contexto da Idade Média, pois seu poder passou a ser secular, onde podemos perceber até hoje esse poder religioso.

No último capítulo de nome sociedade feudal e inquisição, vamos analisar o nosso objeto de pesquisa e mostrar historicamente como ocorriam as heresias, os tribunais de inquisição que era uma prática comum da igreja nesse período.

Portanto, os tribunais de inquisição foram instituídos pela igreja em um momento de dificuldades dessa instituição em manter seu poder e o controle de seus fiéis que cada vez mais negavam e combatiam seus dogmas. Esses eram os hereges que a igreja perseguia e não tinha pudor em condená-los de forma violenta.

CAPITULO I

A HISTÓRIA DA SOCIEDADE FEUDAL

1.1- Passagens da antiguidade para a sociedade feudal

Estudar a passagem das sociedades antigas para a sociedade feudal, é um momento importante para o historiador e a história, pois vai remontar um tipo de cultura, de ideias, mentalidades que foram sendo transformadas ao longo do tempo histórico.

As sociedades antigas foram marcadas pelas sociedades egípcias, gregas e romanas e que ao longo de séculos puderam construir modelos diferentes de sociedades no ocidente e no oriente e que foram importantes para os povos posteriores, como é o caso da sociedade feudal.

A forma de organização dessas sociedades era o trabalho de escravos, onde esses trabalhavam de forma forçada sem receber salários, somente a comida e mais algumas coisas básicas para sua sobrevivência, mas eram esses que construía toda a base das sociedades antigas. Seus senhores estabeleciam uma relação de opressão e exploração mediante um trabalho árduo e duro em seu dia-a-dia de vida e não conseguiam viver com dignidade.

As mudanças ocorrem ao longo da história e outras formas de sociedade irão surgir, essas mudanças são importantes na passagem de uma sociedade para outra. As sociedades antigas deixaram marcas, principalmente a sociedade grega, que deixou um legado histórico, cultural e filosófico muito forte para os povos posteriores, como é o caso dos medievais.

Segundo Charles Parain (2000) a destruição do Estado escravista (na Europa ocidental, o Império Romano) suprime um obstáculo decisivo para a formação de novas relações de produção, mas não supõe seu desenvolvimento rápido e automático. Na ausência de uma classe verdadeiramente revolucionária, portadora de ideias revolucionárias, a passagem de um regime social a outro somente pode realizar-se com uma extrema lentidão, através de longas e dolorosas tentativas. Assim, sucede com o regime feudal, na medida em que sua formação é o resultado de adaptações espontâneas, inconscientes, diante das novas necessidades, todas elas da mesma natureza e com um fim semelhante, mas que se mostram sob ritmos e formas bastante distintas de acordo com as condições locais.

Na história das sociedades antigas, o Império Romano, conseguiu dominar terras em várias regiões do mundo, algo muito importante para esse período tão remoto da história da humanidade, pois esse império se tornou muito forte, onde foi capaz de sair de seus territórios e ocupar terras hoje no que poderíamos dizer em toda a Europa Ocidental e Oriental.

Isso demonstra o poder e a força desse Império que se formou na antiguidade logo depois da sociedade grega, que também foi muito importante para a formação das sociedades ocidentais, pois suas heranças são muito ricas e deixaram marcas na história dessa civilização.

Em se tratando de história, o Império Romano também deixou marcas em seu legado, sua força e a formação de exércitos fortes que lutavam em defesa do seu Estado e na ocupação e invasão de terras inimigas. Segundo Parain (2000) no que se refere ao conjunto do ocidente europeu, as linhas de força não começam a ser esboçadas até o século IX, onde o intervalo de mais de quatro séculos, que se estende entre o ano 400 e os primórdios de 850, constitui um período cheio de confusão, a autêntica Alta Idade Média, período no qual, apesar de tudo, é claramente perceptível o movimento histórico que caminha em direção à forma desenvolvida do feudalismo.

Nesse momento histórico o autor está retratando um pouco do que foi a passagem das sociedades antigas, nesse caso, a sociedade romana, para as sociedades medievais, pois foi a partir da crise do Império Romano do século III ao V que vai ascender a sociedade medieval que vai deixar marcas também em termos de organização e da vida religiosa e suas práticas.

A partir do século V que a sociedade feudal começa a se formar e vai se desenvolver até o século IX como diz Parain (2000), segundo ele vai ser um período cheio de confusões, pois os integrantes dessa nova sociedade, ainda não sabem ao certo o que vai ser de seu futuro.

É um período importante e que aponta uma série de mudanças importantes para a sociedade daquele período. As mudanças são econômicas, pois o trabalho escravo deixa de existir, mudanças sociais, políticas e principalmente morais, como é o caso do surgimento do catolicismo em substituição ao paganismo e ao politeísmo bastante conhecido nos modelos de sociedades anteriores, como é o caso da sociedade grega que praticava esse tipo de religião.

As relações de produção são modificadas e agora a sociedade feudal tem como base o trabalho de servos ou servil. São muitas mudanças e que requer um tempo para que a população das várias regiões feudais comece a se adaptar. Muitas vezes essas mudanças não são bem-vindas, pois a população não aceita, pois vai gerar mudanças significativas em seu cotidiano de vida e aí muitos começam a duvidar das mudanças que ocorrem, outros irão resistir.

Um exemplo bem claro da não aceitação dessas mudanças é a mudança religiosa, pois muitos romanos ou bárbaros do início e da crise do Império Romano, não irão aceitar o catolicismo como forma de religião, pois em alguns momentos, esse vai ser imposto aqueles que resistem e aí os conflitos são cada vez mais evidentes nessa sociedade em princípios de sua formação.

Essas mudanças levam um certo tempo para serem aceitas e como podemos ver, somente no século IX é que temos uma sociedade feudal já organizada com suas bases de trabalho serviu e uma religião que se consolidava cada vez mais em termos de dogmas e doutrinas para atender aos seus interesses e aos interesses dos senhores feudais, que precisavam de seus servos cada vez mais submissos.

Durante o baixo Império, os colonos (escravos ou libertos dotados de uma porção de terra, e a ela vinculados pessoalmente) haviam sido os precursores, mas somente precursores, dos servos da Idade Média (nem todos os servos descendiam dos colonos (PARAIN, 2000, p. 21).

Esse baixo Império é o momento em que o Império Romano se encontrava em crise e precisava cada vez mais manter sobre controle a ira de seus escravos, pois a situação estava cada vez mais insuportável, pois os escravos se rebelavam contra os seus senhores. A sociedade romana em crise vai cada vez mais decair e seu fim estava próximo, assim, era preciso fazer algo novo.

Esse momento marca um novo ciclo, pois alguns escravos já estão livres e se tornam servos e outros além de livres já tem um pedaço de terra para trabalhar. Para esses homens livres é o momento de atingir a sua liberdade, mesmo com um pequeno pedaço de terras.

Um dos problemas enfrentados por esses, é que muitos não irão conseguir terras e irão se tornar servos para trabalhar nas lavouras dos senhores feudais. Essas relações de trabalho vão sendo constituídas ao longo desse novo modelo de sociedade e que ainda vai demorar um tempo para sua consolidação como uma prática de trabalho dos servos vinculados aos senhores feudais.

Nesse contexto de crise, era comum a entrada de estrangeiros nas cidades romanas e os bárbaros eram um desses povos.

Os bárbaros germanos, que aos poucos iam ocupando o Império Romano, aí se instalam, ou melhor, aí restabeleceram um campesinato livre, organizado em comunidades aldeãs. Podemos perceber hoje em dia que a superestrutura colonial romana, através da documentação que nos legou, iludiu os historiadores: as realidades aldeãs e tribais subjacentes continuavam bastante vivas. O desaparecimento dos quadros romanos e as invasões deram uma nova vida a essas antigas estruturas camponesas, as quais seriam reenquadradas lentamente por um novo sistema de relações jurídico-políticas. Esta substituição ocupa o período compreendido entre os séculos V e IX (PARAIN, 2000, p. 21).

Foi a partir das lutas dos bárbaros germanos que esses conseguiram certa liberdade para se estabelecer em terras e formar um campesinato e não trabalhadores submissos ou escravos.

Sua luta era para ter suas terras, pois haviam nesse período de crise muitas terras disponíveis e aí então os bárbaros passaram a ocupar e produzir nessas terras.

O trabalho escravo, era cada vez mais diminuído, pelas lutas dos colonos bárbaros e dos escravos que queriam mais do que nunca ter uma terra para trabalhar. Essas terras eram conquistadas com muita luta, pois a classe detentora do poder e das terras não queriam que os escravos e bárbaros fossem proprietários de terras, mesmo que uma pequena faixa.

Podemos ver que esses conflitos por terras, vai ser cada vez mais forte e presente no contexto da crise do Império Romano, no século III ao V e que essas novas mudanças irão de fato fazer dos escravos e bárbaros, o fortalecimento de suas lutas e conquistas de terras.

O modelo de passagem das sociedades antigas para a sociedade feudal, se deu através de um longo período de desenvolvimento da história, das lutas de escravos e servos pela terra e liberdade, pois esses não irão aceitar as imposições de seus senhores.

Nesse período de mudanças é possível perceber, que a nova sociedade vai se formando e trazendo uma nova estrutura social em termos de mentalidades, cultura e de uma nova religião que vai dominar a sociedade medieval durante muitos séculos, até a sua crise e conseqüentemente uma nova sociedade.

Na sociedade feudal, vai haver um modelo de homem e de mulher na qual serão pessoas que vão acreditar na igreja como uma instituição divina e em Deus como sendo tudo para eles. A igreja vai controlar os corpos, a mente e as demais relações nesse período.

Trata-se de um período importante da história do ocidente, como por exemplo, o modelo de religião a ser seguido, os valores morais e religiosos presentes nessa sociedade, a questão do pecado, serão fontes de discussões e perseguições, pois a igreja ao longo de seu domínio tentou estabelecer um domínio quase que completo das pessoas que viviam dentro da igreja e daquelas que viviam fora e duvidavam da fé e dos dogmas católicos.

Esse trabalho tem essa dupla jornada entender a sociedade feudal e também as ações dessa instituição muito forte durante toda a Idade Média, pois a igreja vai ser forte no sentido de impor seus valores, seus dogmas e sua fé aos homens e mulheres na sociedade feudal e a partir daí dizer o que é certo ou errado, onde a dona da verdade é a igreja. As pessoas tinham que se submeter as normas e ações da igreja, caso contrário, teriam problemas com essa instituição.

Feito essa pequena passagem sobre as mudanças que ocorreram durante o período de transição das sociedades antigas para a sociedade medieval, agora podemos analisar de forma mais direta a sociedade feudal, sua estrutura social, política, econômica e religiosa, percebendo como as pessoas irão formar sua mentalidade nessa nova sociedade.

1.2- A sociedade feudal

A sociedade feudal é a sociedade que se estabeleceu na Europa Ocidental a partir do século V da era cristã e foi se desenvolvendo até meados do século X e logo depois, entra em crise e começa então, um novo período de mudanças para uma nova forma de sociedade.

Para analisar essa sociedade, temos que ter em mente algumas de suas características, pois foi uma importante sociedade ao longo desse período. Sua formação remonta toda a história dos tempos antigos e agora em termos de sociedade medieval, algumas mudanças na sua estrutura ocorrem

Trata-se de uma sociedade onde as relações ocorrem no campo e o senhor feudal é o grande proprietário de terras. Mesmo ocorrendo no período da antiguidade várias revoltas de escravos, os senhores feudais conseguem se estabelecer e dominar as terras e as relações de trabalho. Essas além de serem os donos das terras, obrigavam seus servos a trabalharem nas lavouras e pagar impostos.

A mobilidade social e econômica era muito limitada, pois ao nascer em uma família, aquela pessoa estava praticamente com sua posição social definida, dificilmente iria mudar. Um exemplo bem claro disso é a origem de um servo, que não iria mudar de posição no interior dessa sociedade.

Os senhores feudais exerciam um forte controle sobre a vida dos servos e de seu trabalho, pois as terras na qual esses servos trabalhavam eram de propriedade dos senhores feudais, que repassavam essas terras para os servos realizarem seus trabalhos e posteriormente era lhe cobrado parte da sua produção e também impostos que iam todos para os senhores feudais, por isso, seu interesse em estabelecer esse controle em relação a vida dos servos e de suas famílias.

Esse modelo de sociedade existiu no que chamamos hoje de Europa Ocidental, mas também ocorreu em outras regiões como a Rússia, Japão e outras regiões, mas normalmente a historiografia vai trabalhar com questões voltadas para o estudo do Feudalismo Ocidental.

Tudo isso pela sua importância histórica e social, pois foi uma sociedade que existiu durante 10 séculos e também deixou marcas, tanto históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas. É por isso, que esses estudos irão dar muita importância para essa sociedade historicamente, mas como podemos perceber foi uma sociedade que acabou, entrou em crise e deixou e existir.

Vários autores irão desenvolver estudos sobre a sociedade feudal e suas características mais importantes. Nesse caso, podemos citar um conceito importante para explicar essa sociedade:

O feudalismo europeu ocidental pode ser definido como um sistema econômico no qual a servidão é a relação de produção predominante, e em que a produção se organiza no interior e ao redor da propriedade senhorial. É importante observar que esta definição não implica economia natural ou ausência de transações ou cálculos com moedas. O que está implícito é que os mercados na maioria são locais, e que o comércio a longa distância, ainda que não necessariamente ausente, não desempenha papel decisivo nos objetivos ou métodos de produção. A característica básica do feudalismo, neste sentido, é tratar-se de um sistema de produção para uso. As necessidades da comunidade são conhecidas, e a produção é planejada e organizada com vistas à sua satisfação, o que tem consequências muito importantes (SWEETZY, 1977, p. 34-35).

Aqui o autor está definindo de forma conceitual o que é o feudalismo, que era a base da sociedade medieval, pois esse modelo foi predominante durante 10 séculos na Europa do ocidente. Sua base era a servidão, ou seja, o trabalho servil de servos nas glebas de terras pertencentes aos senhores feudais.

Toda a produção como destaca o autor acima, ocorria nesse intervalo ou ao redor do feudo, que era a propriedade do senhor feudal. Havia trocas e formas comerciais, mas não da forma que conhecemos hoje na sociedade capitalista, era algo bem diferente de hoje.

Existiam mercados, mas são mercados locais e com certas limitações, as trocas a longa distância, até existiam, mas eram em menor grau, o que de fato existia e era comum, era a troca interna ou entre os feudos mais próximos. Como eram regiões camponesas e havia uma limitação no transporte e nas comunicações, essas trocas ocorriam em regiões que eram muito pequenas em relação aos grandes centros urbanos que conhecemos hoje.

Era um modelo de sociedade que visavam seu auto abastecimento, pois toda sua produção tinha como objetivo sua auto sustentação, onde o excedente iria servir para a troca que basicamente era de curta distância, mas grande parte da produção era para uso e não para venda ou troca.

Segundo Sweezy (1977) apesar de sua natureza extremamente conservadora, o sistema feudal expandiu-se, lenta, mas seguramente. Mesmo com esse conservadorismo, o feudalismo conseguiu se desenvolver, graças ao desenvolvimento de algumas técnicas agrícolas que foram capazes de fazer a produção na agricultura, que era a base dessa sociedade, pois as plantações eram importantes para o sustento da mesma.

Em relação as trocas de longa distância, Sweezy (1977), vemos assim, como a troca a longa distância pôde ser uma força criativa, suscitando um sistema de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso. Como falamos anteriormente, as trocas no feudalismo, eram trocas de curas distâncias, mas como está afirmando o autor acima, essas trocas em longa distância também existiam de forma paralela as outras.

Assim, Sweezy (1977), afirma que o triunfo da economia de troca não implicou necessariamente o fim da servidão, a servidão, o serviço do trabalhador independente autônomo ou o trabalho assalariado. Nesse período do feudalismo, as trocas eram basicamente as trocas de curta distância e a produção era para subsistência, mas existiam outras formas comerciais que atuavam dentro dessa forma de sociedade.

Por outro lado, Dobb (1977) fala que o caráter conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental, exigiu alguma força externa para ser desalojado, e que me acusam de haver negligenciado, me mantenho cético. Historicamente, podemos ver que essas forças externas existiram e influenciaram na crise da sociedade feudal.

O autor ainda nos coloca que, na verdade, o período feudal testemunhou consideráveis mudanças técnicas, os últimos séculos do feudalismo mostraram diferenças marcantes em relação aos primeiros. Essas mudanças ocorreram basicamente na agricultura, que era a base produtiva dessa sociedade, pois os camponeses trabalhavam nas terras dos senhores, ao mesmo tempo ajudavam a desenvolver novas técnicas para o arado e a plantação na agricultura.

Nos primeiros anos do feudalismo, ainda não era possível perceber como seria essa sociedade, pois as mudanças ao longo dos tempos demoram, até que as pessoas possam perceber e agir a partir dessas mudanças que ocorrem na sociedade. Foram muitas mudanças ao longo dessa sociedade, as principais foram no período de crise, onde essas são ampliadas cada vez mais.

Dobb (1977) que considera a sociedade econômica na Europa Ocidental entre o século XIV e XVI como complexa e transitória, no sentido de que as formas econômicas antigas estavam em processo de rápida desintegração enquanto as novas apareciam, simultaneamente. Agora, podemos ver que as mudanças ocorrem com maior frequência, onde a sociedade tem que se adaptar a essas mudanças.

As mudanças que levaram a uma outra sociedade, foram lentas, como é possível perceber, toda mudança historicamente, demora um pouco, pois existe um período para que as pessoas possam ir se adaptando até que estas possam perceber e ter consciência dessas várias mudanças que ocorrem.

Segundo Vilar (2000) a passagem qualitativa da sociedade feudal à sociedade capitalista não deve ser colocada de uma maneira acabada (existem variações segundo os diversos países); mas não deixa de ser útil assinalar desde seu aperfeiçoamento os fatores que preparam, desde longo tempo, essa mudança de natureza. Essas mudanças foram sendo construída aos poucos e levou um longo período histórico, desde a crise da sociedade feudal que começa por volta do século XI e XII e vai até o século XV, com o início da sociedade capitalista.

Para Vilar (2000), temos de imediato que todo elemento contrário ao princípio do modo de produção feudal prepara sua destruição. Este princípio é a propriedade da terra em diferentes graus, e a propriedade limitada sobre as pessoas, daí resultando um circuito quase totalmente fechado entre o produto agrícola e o consumo conjugado das classes camponesas e das classes feudais.

Está evidente acima, que grande parte da vida na sociedade feudal era no campo e tanto senhores feudais e servos agora com a crise, irão lutar cada vez mais para e pela terra. Todos queriam terras e a luta vai ser cada vez mais forte por essas propriedades, que passam a ter cada vez mais valores muito alto, por isso todos queriam terras. As terras são produtivas e consequentemente geravam o sustento de todos.

Vimos que era preciso ver a vida no feudalismo diferente, pois era um regime fechado e estático, dificultando assim, a vida de grande parte de sua população. Na crise e com as mudanças que estavam ocorrendo, era cada vez mais visível a necessidade de mudanças mais bruscas e a sociedade capitalista no seu princípio começa mostrar que é possível essas novas mudanças.

Em termos de mudanças mais significativas Vilar (2000), mas estes esboços isolados retrocedem em seguida, e não podemos falar de verdadeira passagem ao capitalismo senão quando regiões suficientemente extensas vivem sob um regime social completamente novo. A passagem somente é decisiva quando as revoluções políticas sancionam juridicamente as mudanças de estrutura, e quando as novas classes dominam o Estado. Por isso, a evolução dura vários séculos. Ao final é acelerada pela ação consciente da burguesia.

As mudanças estão mais aceleradas e toda a sociedade começa a perceber, pois são mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. O isolamento, as trocas locais, passam a existir em menor grau, dando condições para trocas mais longas e novas formas de comercialização de produtos, inclusive com o uso corrente de dinheiro, que vai ser mais predominante nos séculos seguintes.

Como o autor apontou acima, agora é um regime totalmente novo, onde o feudalismo e suas práticas irão ficando para trás. Começa a ser formada uma nova sociedade, com uma nova

mentalidade e que vai ser cada vez mais presente o interesse comercial monetário e não mais a simples troca de produtos entre os feudos e com poucas trocas de longa distância.

A terra continua sendo valorizada, ocorre o surgimento urbano de várias cidades na Europa e começa a acontecer uma rápida saída dos camponeses para as cidades, formando assim, uma vida urbana, que é totalmente diferente da vida dos camponeses no feudo. Ocorre também a implementação de feiras e comércio e a produção do artesanato nas cidades que vai possibilitar novas trocas mercantis.

As mudanças continuam acontecendo, uma delas é que agora as pessoas além de valorizar a terra, querem acumular riquezas, pois os interesses mudaram e a mentalidade de troca entre feudos, sede lugar para a troca monetária e o uso corrente do dinheiro é mais presente.

Vai ocorrer também a perda de espaço e poder da igreja, que vai se adaptar a essa nova sociedade e ao mesmo tempo esta instituição vai apoiar o Estado que estava em pleno voo para sua formação. Essas mudanças políticas e morais são importantes para a formação da nova sociedade capitalista.

A formação do Estado moderno, associado a classe burguesa e o apoio da igreja, irão dar sustentação para o início dessa nova sociedade que vai estabelecer uma nova forma de domínio e de luta entre as classes sociais. Nesse novo modelo de sociedade, novas necessidades irão surgir e o interesse em acumular riquezas é muito presente, pois o dinheiro vai ser utilizado nas relações comerciais.

Em todas essas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas, tem uma mudança significativa no papel da igreja da sociedade feudal para a capitalista. No próximo capítulo analisaremos a igreja historicamente para entender com foram suas ações ao longo desse período da sociedade feudal.

CAPÍTULO II

OS PRINCÍPIOS DA IGREJA MEDIEVAL E SUAS RELAÇÕES DE PODER

2.1- A igreja e seus princípios

Nesse capítulo temos como proposta fazer uma investigação histórica sobre os princípios da igreja medieval e suas relações de poder, para que possamos entender um pouco do que foi todo o seu poder nesse período, pois foi um momento histórico onde a igreja se tornou muito forte a partir do século V até o XV na sociedade europeia que estava sob o controle da igreja.

Seu poder foi historicamente muito forte, onde sua estrutura foi sendo consolidada a partir da sua forte hierarquia, vinculada ao vaticano e liderada pelo papa. Seus princípios desde o início estabeleceram um forte controle tanto por parte dos fiéis como dos seus integrantes, como padres e bispos, onde obviamente, nessa hierarquia, ocorre uma distinção entre as funções de cada um dos seus integrantes. Assim, podemos perceber que o alto clero tem vantagens em relação ao baixo clero, que tem vantagens em relação aos seus fiéis.

Em relação ao contexto histórico na qual a igreja dominou a sociedade feudal durante grande parte da Idade Média, podemos perceber segundo Le Goff (2005) embora, segundo penso, o núcleo central da Idade Média esteja situado nos três séculos e meio transcorridos entre o ano mil e a Peste Negra, atualmente eu tenderia a enquadrar esta curta Idade Média numa longa Idade Média que se estende aproximadamente do século 3º até meados do século 19, um milênio e meio em que o sistema essencial continuou a ser o feudalismo, mesmo que possa distinguir fases por vezes contrastantes.

O autor vai destacar dois momentos desse período importante, onde a igreja dominava a sociedade e suas demais relações humanas, instituindo seus dogmas e propondo um forte controle sobre as mentes e os corpos dos indivíduos pertencentes a igreja católica. Esses momentos ou períodos históricos, o autor chama de curta Idade Média e longa Idade Média, mas sempre intermediado pelo poder da igreja e de seus padres e bispos.

Le Goff (2005) diz que “a Igreja desempenhou aí um papel central, fundamental. Mas é preciso ver que o Cristianismo aí funcionou em dois níveis: como ideologia dominante, apoiada num poder temporal considerável, e como religião propriamente dita” (LE GOFF, 2005, p. 14). Essa foi a principal instituição presente durante grande parte da sociedade feudal. Essa mesma igreja exercia através da ideologia o controle das mentes dos seus fiéis que acabavam

acreditando em quase tudo que a igreja estava propondo, sendo assim, achavam que iriam ser salvos dos males da terra e que iriam para o céu ao encontro de Deus.

Para que a igreja se fortalecesse historicamente como uma forte estrutura, ela teve que realizar investimentos para atingir seus objetivos e assim, essa instituição foi sendo constituída e formada para que pudesse ser forte e passar a cada vez mais defender seus dogmas como universais para seus fiéis. Desta maneira, Le Goff destaca:

Como se viu. A Igreja fez progredir as técnicas de medida do tempo em virtude da necessidade do cômputo eclesiástico, e também a construção de igrejas – os primeiros grandes edifícios da Idade Média - impulsionando fortemente o progresso técnico não apenas o que se refere às técnicas de construção mais também no que respeita aos instrumentos, aos transportes, as artes menores como a do vitral. (LE GOFF, 2005, p. 194).

Na sua estrutura, desde os princípios do catolicismo, essas construções eram necessárias e a igreja vai fazer investimentos para que pudesse atingir seus objetivos, que era ter cada vez mais fiéis, realizando construções de igreja para receber cada vez mais um público de fiéis dispostos a defender seus dogmas. Desta maneira, acabam realizando grandes obras para esse período, ajudando assim, no desenvolvimento de técnicas de construção.

Essas igrejas e templos, irão ser uma base para que a igreja se desenvolva no sentido de ser uma instituição muito forte e possa dar conta de atender aos interesses dos seus fiéis que crescem cada vez mais. Essa instituição além de fortalecer historicamente, vai impor cada vez mais para seus fiéis seus dogmas que são difundidos no interior das igrejas a partir dos padres e bispos que eram os principais representantes da igreja que tinham e tem contato direto com os fiéis.

Segundo Miceli (2016), por conta da importância central que a igreja tinha na sociedade europeia, como é fácil entender, atraía sobre si as principais atenções dos pensadores desse período. Ainda assim, embora as minúcias teológicas, que preenchiam os acalorados debates entre os representantes das várias tendências religiosas do período, se distanciassem da compreensão da imensa maioria das pessoas.

Podemos afirmar que a partir da sua organização e dos fortes dogmas presentes em toda a sociedade europeia, a igreja católica foi a principal instituição na sociedade feudal. Muitos intelectuais além de padres e bispos estavam do lado da igreja no sentido de defender seus interesses e dogmas. Essa maioria das pessoas que o autor coloca acima, são os fiéis defensores dos dogmas da igreja. Muitos desses fiéis não tinham uma consciência, pois também não tinha acesso as leituras sagradas, da bíblia e demais livros sagrados da igreja, assim eram facilmente manipulados e atendiam cegamente aos anseios, aos dogmas e imposições da igreja, que

normalmente era levado pelos seus representantes, que eram os padres e bispos, pois esses tinham o domínio das leituras instituídas pela igreja.

Normalmente a bíblia, o grande livro da igreja católica, era organizado e produzido no latim, que era a língua oficial da igreja e poucos dominavam esse idioma, além dos padres e do clero da igreja em geral. Por outro lado, os fiéis ficavam meio que perdidos, pois não davam conta de entender tamanha complexidade, que era a leitura de textos em latim, então ouviam a missa de forma passiva e não realizavam qualquer tipo de argumentação contra, mas sim, estavam ali para poder dizer amém e legitimar a autoridade do padre e da igreja.

Segundo Le Goff (2005), a realidade é a Cristandade. É em função dela que o cristão da Idade Média define o resto da humanidade e se situa em relação aos outros. E em primeiro lugar, em relação ao Bizantino. É uma realidade em que grande parte da sociedade estava ou se inseria em torno desta. A influência da igreja era muito forte, pois assim, os cristãos fiéis da igreja, tinham como seu direcionamento para suas vidas, respeitos as autoridades e aos dogmas da igreja.

Le Goff (2005) ainda nos informa que assim a “nova Cristandade” medieval, ao contrário da Cristandade primitiva, que por muito tempo foi constituída por gente miúda que acabou por impor sua fé ao imperador e a uma parte das classes dirigentes, era uma Cristandade convertida pelo alto e pela força. Não convém jamais perder da vista esta mutação do cristianismo na Idade Média.

Essa foi uma das aproximações realizadas, ou seja, a junção do poder da igreja com o poder dos reis/monarcas, que irão trabalhar em conjunto no sentido de definir cada vez mais a imposição do poder e da fé católica aos seus fiéis. As classes dirigentes também fazem sua aproximação e passam a defender os dogmas da igreja católica, esse cristianismo na sociedade medieval passa por mudanças, pois começa convertendo os pobres, mas ao longo dos tempos vai convertendo também reis, rainhas e as classes dirigentes como aponta Le Goff.

Mas o cristianismo precisa se ampliar e ter novos fiéis, por isso Le Goff (2005) nos orienta que a cristandade do século 13 pareceu querer ultrapassar suas fronteiras, substituir a ideia de missão pela de cruzada, abrir-se para o mundo. Já em um momento em que a sociedade feudal estava em crise e as necessidades tanto da sociedade como da igreja são transformadas e precisa cada vez mais de novos fiéis, pois alguns já começavam a duvidar de seus dogmas que eram os princípios norteadores dessa religião, que vai ser a base espiritual do homem medieval. Mas temos outras informações importantes sobre esse fato, então, podemos perceber que:

Entretanto ela continuava a ser um mundo fechado, uma sociedade que podia integrar novos membros à força (*compele intrare*) e excluir o outro, um mundo que se defina por um verdadeiro racismo religioso. Pertencer ao cristianismo era seu critério de valor e de comportamento. A guerra, considerada um mal entre cristãos, era vista com um dever contra não cristãos. A usura, proibida entre cristãos, era permitida aos infiéis, isto é, aos Judeus. Isto porque partes dos Outros, destes pagãos que a Cristandade trata como se fossem uma coisa só, rejeitando ou mantendo fora de suas fronteiras, vive em seu seio e vem a se tornar objeto de exclusões, algo que examinaremos adiante (LE GOFF, 2005, p. 143)

Nesse trecho podemos ver algumas contradições existentes no interior da igreja e de seus dogmas, pois esses acabam excluindo alguns fiéis, pois segundo Le Goff, esse mundo continuava fechado para alguns. Começam a existir conflitos, que eram problemas para serem resolvidos pela igreja, que pregava sempre a paz e a defesa dos seus dogmas. A guerra era um grande mal e não podia ser aceita pelos seus fiéis. A usura como o autor afirma, era proibida entre os fiéis católicos, mas era permitida para outros grupos daquela sociedade, como é o caso dos judeus, que já praticavam pequenas trocas mercantis durante a crise da sociedade feudal.

Ainda segundo Le Goff (2005) este mundo fechado na terra, esta Cristandade fechada aqui embaixo abria-se largamente para o alto, para o céu. Materialmente e espiritualmente não havia separação nítida entre o mundo terrestre e o além. Sem dúvida havia degraus, fossos a serem transpostos, saltos a serem dados. Mas a cosmografia ou a ascese mística manifestavam que ao longo caminho da peregrinação da alma no itinerário que conduzia a Deus, para retomar o termo São Boaventura, era feito por etapas.

Esse era o objetivo dos fiéis católicos, negar a vida na terra para ter uma vida eterna no céu do lado de Deus, pois o céu é o objetivo daqueles que defendem os dogmas da igreja. Materialmente não, mas espiritualmente sim, pois o mais importante para os fiéis católicos, era encontrar a vida eterna. Assim, esses fiéis tinham que cumprir etapas para poder chegar aos céus e morar do lado de Deus.

Le Goff (2005), ainda nos orienta que segundo a ortodoxia cristã, sem dúvida Satã não é igual a Deus, mas sim sua criatura um anjo decaído. A grande heresia da Idade Média foi, sob formas e nomes diversos, o maniqueísmo. Pois o maniqueísmo professava a crença em deuses, um do bem e outro do mal, criador e senhor deste mundo.

Era a oposição entre o bem e o mau. O bem representado por Deus, que era o grande salvador dos fiéis católicos e o mau representado pelo demônio, que era um anjo decaído. Essa oposição era muito comum durante grande parte da sociedade feudal, pois a igreja ao defender os seus fiéis e dogmas, fazia a oposição entre o bem e o mau, entre Deus e o demônio.

Em sua análise Le Goff (2005), diz que na escala mais reduzida de uma história nacional, os clérigos da Idade Média, e seu público, reterão os acontecimentos que fazer seu país avançar no sentido geral da história, e que fazem participar mais estreitamente da história essencial da salvação.

Todo fiel tem esse objetivo e proposta, ser salvo de uma vida injusta e miserável, para isso tem que acreditar muito fortemente em Deus e aqui na terra, defender os dogmas da igreja para poder ser salvo das mazelas da vida terrena. Devem ser tementes a Deus e seguir de forma correta todas as orientações e dogmas da igreja. Essa instituição vai dominar até o tempo dos seus fiéis, assim percebemos segundo Le Goff (2005) que o tempo medieval é principalmente religioso e clerical. Tempo religioso porque o ano é, antes de tudo, litúrgico. Mas – característica essencial da mentalidade medieval –, o ano litúrgico, que, segue o drama da Encarnação e a história de Cristo, do Advento aos Pentecostes, foi aos poucos sendo recheado com momentos e duas significativos tirados de outro ciclo, o dos santos.

Esse tempo religioso vai sendo transformado ao longo dos tempos, pois as necessidades tanto da sociedade como da igreja, vão se alterando de acordo com essas novas necessidade, mesmo com a resistência da igreja em alguns momentos, mas o tempo vai se modificando.

2.2- A igreja medieval e suas relações de poder

Como falamos no item anterior a igreja foi uma das principais instituições da sociedade medieval. A partir da sua formação, foi impondo seus dogmas aos fiéis que passaram a acreditar muito cegamente e ao mesmo tempo, defender e achar que a partir dessa defesa iriam chegar ao paraíso. Mas, todos esses dogmas foram estabelecidos no início a partir da força e que depois a igreja vai realizar a manutenção destes a partir da imposição de seu poder, seja através do medo, do pecado e de outros elementos que os padres e bispos impunham aos fiéis, que acabavam acreditando nos discursos dos representantes da igreja.

Seu poder e as relações de poder estabelecidas desde o princípio do catolicismo, vai ser cada vez mais forte, principalmente quando essa instituição tem um poder consolidado a partir do momento em que o sistema feudal atinge seu ápice, pois a igreja por ser a principal instituição desse período, trabalha conjuntamente com os senhores feudais, que eram proprietários de terras para poder impor esse poder em relação aos servos que normalmente eram católicos e fiéis defensores dos dogmas católicos. A igreja estabelecia relações de poder nos mais variados lugares da sociedade medieval e Barros em trazer informações importantes sobre essa relação.

De fato, o complexo panorama das relações entre a Igreja e os diversos poderes temporais, nos vários territórios europeus, mostravam, desde os primórdios do século XI, uma situação pouco cômoda para a Igreja. Na França, os primeiros reis Capetos – de modo a angariar proventos importantes para as tesourarias régias – tinham adquirido o hábito de vender, pelos melhores preços, os cargos eclesiásticos reais que estavam sob seu controle, e com frequência impunham, pela força, os candidatos episcopais de sua preferência. (BARROS, 2009 p. 60).

Esse período do século XI, já era o momento em que a sociedade feudal começava a entrar em crise e necessitava cada vez mais fazer associações para poder manter seu poder. Desta forma, a igreja fez associações com as monarquias no sentido de garantir seus poderes e ao mesmo tempo ampliar seus poderes mesmo com a crise que a igreja passou a viver nesse contexto. Assim, na relação com os monarcas, esses criavam cargos religiosos para atender aos interesses dos reis, mas por outro lado, a igreja tinha que atender aos interesses da igreja.

O poder da igreja era amplo, este estava presente em todas as relações no interior da sociedade feudal, através de seus dogmas e imposições, de suas hierarquias internas, associações com os monarcas e senhores feudais e principalmente na crise a ampliação de suas formas de inquisição, como ficará evidente no próximo capítulo desse trabalho. O poder da igreja vai ser tão forte que alguns irão dizer que esse se tornou atemporal, ou seja, que independe do tempo social e histórico, para tanto sua estrutura hierárquica e burocrática foi se fortalecendo em termos morais, religiosos e políticos. Sobre os poderes temporais da igreja, Barros vem nos apontar alguns elementos que são importantes para entendermos essa questão.

Vazando transversalmente a sociedade eclesiástica de alto a baixo, a interferência dos poderes temporais na Igreja era manifestada, e mesmo as paróquias rurais estavam integradas aos poderes senhoriais através do controle dos grandes proprietários que eram herdeiros dos fundadores dessas igrejas. Muito habitualmente eram eles quem designavam os ministrantes das paróquias que orbitavam em torno de seus senhorios, exigindo juramentos de fidelidade e participando das rendas e dízimas por elas recolhidas, configurando desta maneira uma estrutura tipicamente feudal. O quadro geral, portanto, era em todos os níveis o de uma intrincada confusão entre a função eclesiástica propriamente dita e o benefício temporal, fosse este concedido pelo imperador, pelo rei, ou mesmo pelo grande senhor. (BARROS, 2009, p. 61).

Aqui está presente a relação entre a igreja e os senhores feudais, pois a própria igreja, era uma detentora de terras e outras riquezas. Os senhores feudais eram os principais proprietários de terras e exploravam os servos nas relações de trabalho, por isso, estes deviam obrigações servis aos seus senhores, e moralmente deviam a igreja, pois acreditavam nos dogmas dessa instituição religiosa. Essas paróquias rurais cumpriam uma função social importante, pois essas existiam para manter os servos fiéis aos dogmas da igreja.

As relações feudais ocorriam normalmente no campo e o grande detentor de terras eram os senhores feudais que também estabeleciam um forte controle sobre os servos, que eram obrigados a trabalhar para os seus senhores e ainda tinham o controle moral da igreja, pois a igreja estava nesse contexto com os senhores feudais e assim, ampliavam cada vez mais sobre os servos.

Vimos que as paróquias arrecadam dízimos e que os senhores feudais por deixarem a igreja atuar em suas terras, exigem também parte dessas arrecadações, pois tanto os senhores feudais como a igreja, trabalhavam em conjunto para atender aos interesses tanto dessa instituição como dos detentores de terras.

Segundo Junior (2016) sobre a igreja medieval, podemos ver que em uma visão histórica da Igreja como instituição é de grande valia para que se possa compreender melhor a forma como a própria Igreja esteve posicionada nessa questão, mais especificamente no período da Idade Média. Dois aspectos merecem ser destacados: o primeiro deles diz respeito às características da estrutura da Igreja na época e, o segundo, toca na questão das influências sofridas pela Igreja que moldaram essa estrutura.

Ao longo desse período, sua estrutura foi sendo modificada e se tornando cada vez mais forte, pois esta passou a dominar não só pelos seus dogmas, mas passou a impor medo na mentalidade dos indivíduos da época. Dessa forma, grande parte da sociedade medieval atendia aos interesses da igreja, pela sua estrutura de poder, pela imposição de seus dogmas ou até mesmo pela sua estrutura que se ampliava cada vez mais.

Em outro momento importante da história da igreja, Junior (2016) destaca que foi numa referência mais específica aos papas, denotando a grande ênfase na centralização de poder, constata-se que no século XIII eles puderam exercer esta espécie de função imperial sobre toda a cristandade, sendo que o clímax do estabelecimento deste poder imperial se deu com a bula *Unam Sanctam* de Bonifácio VII, o papa mais imperial da história (1294-1303). A bula terminava proclamando que “a submissão ao Romano Pontífice é necessária para a salvação: é o que declaramos, dizemos e definimos

Além das relações de poder estabelecidas entre a igreja e os monarcas, essas relações foram abaladas em alguns momentos, mas em outros a igreja tentou exercer sozinha esse poder, neste caso, de forma mais específica na imagem de seu grande representante, que era o papa. Assim, a igreja passou a centralizar o poder nesse representante, que passou a impor e dominar toda a hierarquia da igreja católica medieval.

Nesse contexto, o papa atuava como o grande representante religioso, mas também como um monarca com seus poderes centralizados. A igreja utilizava o discurso de que era da vontade de Deus, por isso a junção desses poderes e principalmente a centralização desse.

A igreja passava para seus fiéis a obediências as autoridades, desde padres, bispos e seu grande líder que era o papa. Com a ampliação de seus poderes e nesse caso aqui o papa passa a ter autoridade centralizada parecida com a de um rei, os fiéis agora têm que obedecer duplamente ao papa e o rei, pois assim, iriam conseguir sua salvação, pois os dois são um só, isto demonstra o poder da igreja medieval.

Galli (2011) ao analisar o homem medieval, vai trazer informações interessantes para que possamos entender sua relação com a igreja e a religião medieval, pois assim, para o autor, o viver do homem medieval estava embebido de religião, aliás, sua relevância era marcante e o seu cotidiano, do nascimento à morte, estava sob o seu signo. A crença em Deus minimizava qualquer subordinação a entidades sobrenaturais.

Assim, esse indivíduo medieval estava fortemente ligado ao poder da igreja, pois essa passou a exercer esse poder como forma de controle e dominação em relação aos seus fiéis, que tinha que seguir normas rígidas em relação na defesa dos dogmas católicos, pois esses não poderiam cometer pecadas e sair das linhas gerais da igreja e se deixarem ser guiados pela igreja e por Deus.

Em relação a vida na sociedade feudal, os homens eram medrosos e inseguros, principalmente aqueles de origem mais simples, onde serão presas fáceis para a igreja impor seus dogmas como forma de domínio. O autor Galli (2011), vai nos dizer que a insegurança coletiva caracterizou a vida cotidiana da sociedade europeia durante a Idade Média. As guerras constantes, a ausência de leis gerais, a rusticidade dos costumes, a precariedade da organização militar da época e a ineficácia das comunicações levaram as populações a viverem num constante estado de alerta, onde mal podiam se defender.

A religião católica vai ser o intermediador desses conflitos e guerras, pregando a defesa de sua estrutura hierárquica e de seus dogmas no sentido de chamar cada vez mais fiéis para dentro da igreja, pois seu público foi sendo ampliando durante um longo período da Idade Média, principalmente em seu apogeu.

O católico medieval, estava se preparando na terra para a vida após a morte, onde a igreja vai direcionar todo seu discurso para realizar essas tarefas, fazer com que os fiéis católicos tivessem essa mentalidade, de que iriam para o céu após a morte. Desta forma, Galli (2011), destaca que a religiosidade presente nas comunidades, arbitradas pelos homens da igreja, exaltava os princípios cristãos e a necessidade de estarem preparados para o

enfrentamento do Juízo Final. Esse juízo final, seria a volta de Deus, que voltaria para buscar os escolhidos, aqueles que viveram na terra sob os dogmas da igreja, e mais ainda souberam respeitar em vida e não cometeram pecados, assim, passariam a ter direito de entrar no reino dos céus.

A vida sob o controle da igreja, estava em constantes instabilidades para seus fiéis, pois esses não conseguiam ir muito além da defesa “cega” dos dogmas católicos, e assim, acabavam respeitando tanto os padres e bispos, como também sua estrutura de poder. O discurso da igreja era muito forte, principalmente pela questão da salvação e do juízo final, onde os fiéis poderiam ser salvos ou não.

Galli (2011) em sua análise nos mostra que a comunhão, os santos, as relíquias fortaleciam o homem no enfrentamento dos demônios. Essa era uma relação comum na sociedade feudal a oposição entre o bem e o mau, Deus e o diabo. Era uma das formas que a igreja encontrava para manter os seus fiéis sobre seu forte controle, a partir do medo e do temor, ao mesmo tempo que mostrava para seus fiéis como esses deveriam valorizar os santos da igreja, que foram sendo criados desde o princípio do catolicismo na sociedade medieval.

O autor ainda argumenta que viver no sagrado impõe ao cotidiano novas realidades espaciais que dimensionam a aproximação com a Divindade. Assim igrejas, capelas, santuários, imagens milagrosas significam pontos de devoção. A aproximação com Deus era o principal objetivo dos fiéis católicos, mas tudo isso, intermediado pela instituição católica, dessa forma a igreja demonstrava todo seu poder, tanto sagrado como espiritual.

Esse foi um período importante da história das sociedades feudais ocidentais, onde a igreja como foi possível perceber, era a principal instituição desse período, para tanto, organizou sua estrutura hierárquica, valorizando os santos, sua hierarquia, seus padres, bispos e o seu grande líder o papa, que vai ser o chefe supremo dessa instituição.

Assim, foi possível que a igreja se formasse historicamente e ao longo de mais de mil anos permanesse com seu poder independente do tempo social e histórico e foi constituindo seus dogmas no sentido de impor domínio aos seus fiéis a sua mentalidade e principalmente ampliar cada vez mais sua estrutura de poder.

CAPÍTULO III

SOCIEDADE FEUDAL E INQUISIÇÃO

3.1- As heresias

Agora, nesse último capítulo temos como objetivo, mostrar como ocorriam as práticas de inquisição na sociedade feudal, pois os hereges como eram chamados, tinham uma forte mentalidade de contestação aos dogmas católicos, pois esses infiéis não mais acreditavam cegamente nos princípios católicos e clamavam por mudanças significativas no interior da igreja católica.

Podemos perceber uma forte crise na sociedade feudal a partir do século XI que vai culminar no fim do feudalismo no século XV e início do XVI e o início da sociedade moderna, que inaugura uma nova fase do modelo de sociedade no ocidente, onde muitas mudanças acontecem na estrutura social, como mudanças políticas, sociais, culturais, morais e religiosas.

Nesse período a igreja vai perdendo poder e suas práticas de poder irão ser cada vez mais opressores, para isso, irão começar a impor cada vez mais seu poder aos fiéis, principalmente para aqueles que não acreditavam mais na igreja e em seus dogmas.

Era cada vez mais visível a necessidade do controle sobre os fiéis, então, a saída era perseguir, prender e torturar aqueles que passavam a duvidar da igreja, da sua estrutura e das suas autoridades. Assim, a igreja vai se organizar para prender aqueles que cometeram pecados ou atos contra a igreja e ao mesmo tempo realizar a manutenção do seu poder a qualquer custo, inclusive com sangue e mortes.

Nesse sentido, segundo Junior (2016), na Idade Média, a estratégia do Espírito passou pelo levantar de vozes proféticas que, corajosamente, denunciaram erros e clamaram por mudanças que reconduzissem a Igreja aos padrões primitivos dela mesma. Muitos foram sacrificados em nome dessa causa, pagaram com seu sangue, foram torturados, queimados vivos por serem os arautos da mensagem divina que denunciava os desvios praticados por aqueles que se posicionavam como os líderes infalíveis da Igreja de Cristo.

Toda a estrutura de poder da igreja começa a ser contestada, pois os erros da igreja a partir dos seus integrantes era visível, por isso esses movimentos e muitas das vezes pessoas isoladas lutavam por mudanças no interior da igreja. A igreja resistia a essas mudanças, pois seu poder era grande diante dos seus fiéis e o alto clero não aceitava tais mudanças. Começa então, um dos piores momentos para a igreja católica medieval, que foi a contestação muitas vezes radical de seu poder, de sua estrutura e de seus dogmas, agora é necessária uma nova

postura em relação aos hereges. Essa postura vai ser uma ação violenta por parte da estrutura de poder da igreja a partir de seus líderes mais influentes para que não aconteça a perda de poder por parte da instituição.

Nesta análise, Junior (2016) faz um questionamento, terá sido o sacrifício deles em vão? Certamente, não. Hoje são reconhecidos como agentes que provocaram uma tomada de consciência no sentido da correção dos erros cometidos na questão da infalibilidade, do poder irrestrito e da detenção da verdade absoluta. O principal, contudo, foi a efetiva busca da retomada de um posicionamento que orientasse as ações para a prioridade apontada aos menos favorecidos do mundo.

Não somente uma tomada de consciência, mas foi possível perceber as mudanças propostas nesse contexto, pois mesmo a igreja realizando as práticas de tortura através dos tribunais de inquisição, as lutas contra seu poder continuaram, pois podemos ver que o poder da igreja não é infalível, como o próprio autor coloca acima.

Assim, estamos diante de diversas questões importantes para que possamos pensar a sociedade feudal. Um autor que vem se posicionar sobre as heresias na sociedade feudal é José D'assunção Barros, que vai realizar um estudo sobre as heresias e as fontes que os historiadores podem trabalhar para poder realizar uma pesquisa historiográfica sobre esse fato tão importante para a história medieval.

Esse autor começa sua discussão fazendo referência a essas fontes e logo depois começa a trabalhar com o conceito de heresia e vai mostrar todo o desenvolvimento histórico desse conceito. Assim, ele vai dizer que:

Heresias, na sua origem, eram divergências que se estabeleceram no próprio seio do Cristianismo por oposição a um pensamento eclesiástico que tivera sucesso em se fazer considerar “ortodoxo”. A palavra “Ortodoxia”, neste caso, estará em referência à ideia de um “caminho reto” associado a um pensamento fundador original, no caso do Cristianismo a um pretense pensamento que derivaria do Cristo e de seus apóstolos, bem como dos textos bíblicos naquelas de suas interpretações que se queriam considerar as únicas corretas. Desde já, será preciso pontuar que – seja no âmbito das heresias do mundo antigo e da Alta Idade Média, ainda marcadas por serem essencialmente divergências de nível teológico, seja no âmbito das heresias que surgem na Idade Média Central e posteriormente na baixa Idade Média, estas últimas por vezes já renunciando a Reforma Protestante do século XVI, a verdade é que em todos estes casos “hereges” e “ortodoxos” – conforme sejam chamados de acordo com o jogo dos poderes de nomear – sempre acreditaram tanto uns como outros serem os verdadeiros defensores da verdade da fé (BARROS, 2010, p. 04).

Ele retoma desde a origem do termo ou conceito para poder continuar analisando as heresias, tanto da antiguidade, como na sociedade medieval. Pois as heresias foram

divergências que surgiram dentro do próprio cristianismo, fato contraditório. Não devemos pensar em uma verdade única, como pensaram os religiosos da igreja medieval, estes até conseguiram durante um tempo realizar um convencimento de um pensamento único e uma verdade absoluta, mas com o tempo e o desenvolvimento de uma consciência, começa a haver resistência em relação aos princípios da igreja.

Então, começa a ocorrer pessoas com um pensamento diferente da igreja e dos padres, que não aceitarão esse novo tipo de pensamento. Esses pensamentos distintos, foram chamados de heresias ou os hereges, que eram pessoas que iam contra o pensamento da igreja. Esses hereges passaram a serem perseguidos pela instituição religiosa.

Podemos perceber que Barros vai mostrar que as heresias eram tipicamente de cunho religioso ou teológico. Ele aponta que em vários períodos da história medieval, as heresias tinham esse elemento muito forte, que era o religioso. Por outro lado, poderia ser na Alta Idade Média, na Baixa Idade Média ou até mesmo nos momentos de crise da igreja ou nos momentos da Reforma Protestante, que as heresias tinham esse cunho teológico.

Nas palavras de Barros (2010), é bem interessante notar que, no contexto político-religioso que em breve se seguiria, logo seriam aproximadas por um fundo de repressão em comum – já sob a égide de uma Inquisição que passa a ser confiada em 1233 aos monges dominicanos – tanto as heresias como as persistências pagãs, particularmente aquelas que poderiam ser compreendidas como práticas de feitiçaria.

A igreja católica, vai ampliar cada vez mais o que eles chamavam de heresias, sejam elas contra a igreja e seus dogmas ou até mesmo por ações individuais pagãs como o autor nos mostra acima e até mesmo práticas de feitiçaria, pois a igreja não aceitava qualquer manifestação contrária aos seus princípios. Barros ainda destaca que:

Um bom sinal além disto é o fato de que o Papa Alexandre IV (1254-1261) confia aos inquisidores, além dos casos de heresia, “os casos de sortilégios e divinações com cheiro de heresia”. Da igual maneira, a Summa do Ofício da Inquisição, elaborada por Bento de Marselha em 1270, já consagra um capítulo inteiro à “forma e maneira de interrogar os augures e idólatras” (BARROS, 2010, p. 08-09).

O papa que era o grande líder dessas práticas autoritárias e violentas contra os hereges. Haviam casos, que eram meramente suspeitas e que não tinham provas contra aquele que praticou o ato de heresia contra igreja ou seus representantes. Podemos observar que a igreja até criou ou escreveu manuais para poder definir o que era heresia ou não, mas também a forma de interrogar seus acusados. Essa foi a forma encontrada pela igreja para poder acusar e de alguma forma controlar o corpo e a mente das pessoas nesse contexto do século XIII.

Em termos de uma discussão historiográfica sobre as heresias, Barros tem interessantes discussões sobre essa questão. Segundo Barros (2010), guardemos também este ponto, pois ele será extremamente útil para a questão das heresias medievais. De um lado existe um interesse historiográfico pelas heresias em si mesmas – já que elas constituíram um dos fenômenos mais importantes tanto da Idade Média Central como da Baixa Idade Média, para não falar do período carolíngio, quando se tinha mais o caso das heresias de fundo teológico e também a questão do confronto da expansão franca com povos que haviam assumido vertentes do cristianismo que foram consideradas heréticas pelas igrejas e bizantinas.

A questão das heresias medievais é importante durante toda a história da sociedade medieval, seja na Alta Idade Média ou na Baixa, pois a igreja vai combater essas práticas com forte violência, atuando no sentido de coibir e mostrar para os hereges suas forças a partir da imposição do seu poder religioso, moral e político.

Barros (2010), ainda argumenta que com relação à Inquisição, apesar da ocorrência do célebre manual de Bernardo Guy em 1324, é oportuno lembrar que ocorre certa retração da prática inquisitorial no início do século XIV, já que a principal heresia combatida – o Catarismo – havia refluído.

A inquisição na realidade tem seu auge no século XIII e vai cada vez mais diminuindo, pois a igreja vai ter que aceitar a conviver com essas práticas contrárias aos seus dogmas e agora também conviver com outras religiões que estavam surgindo, tanto no Ocidente como no Oriente.

Há uma visão comum sobre esse período da Idade Média. Na análise de Schulz (S/D) este afirma que quando se pensa em heresias, bruxas e fogueiras, logo se forma a imagem mental de uma cena tipicamente medieval, recuada tanto no tempo que até parece nunca ter acontecido – seria só mais um conto de fadas legado pelo romantismo que criou sua própria lente para olhar para a Idade Média, consagrando alguns estereótipos que cabe a nós, historiadores, destrinchar para encontrar o que não está aparente na documentação que sobreviveu até nossos dias.

Essa imagem na qual o autor nos informa foi formada historicamente na mentalidade das pessoas sobre a Idade Média, como sendo algo muito ruim e assustador, pois gera medo nas pessoas. Essa documentação que o autor fala são importantes para o historiador realizar uma ampla investigação sobre esse fenômeno tão importante na história das sociedades medievais.

A perseguição à heresia na Europa começa desde que a Igreja Católica se afirma como mediadora legítima entre os poderes espirituais e os poderes terrenos, isso logo nos primeiros séculos da Era Cristã. No entanto, ela passa a ocorrer de maneira sistemática, e com apoio em autoridades constituídas -

quer ligadas à própria Igreja, quer aos poderes laicos – apenas no século XII. Para tal, é mister fazer menção à centralização da Igreja enquanto instituição, que começa a tomar forma por essa mesma época – logo se percebe que os dois movimentos estão interligados (SCHULS, S/D)

Esse controle sobre seus fiéis vai ocorrer durante toda a Idade Média, pois a igreja, precisa estabelecer dogmas para poder de alguma forma mediar seus poderes em relação aos demais membros da sociedade. O período de maior intensidade dessas práticas irá ser no século XII e XIII, onde essa instituição passa a perseguir com maior clareza os chamados hereges, que ainda continuavam contestado determinados dogmas da igreja católica medieval. Assim, a igreja formou uma forte base centralizadora para poder ampliar e dar continuidade aos seus serviços religiosos, mas também a atuação em outros setores da sociedade da época.

Carvalho (2016) vai dizer que muito se falou sobre as heresias e em hereges, sem explicar, no entanto, o sentido desses termos. Heresia se resume, basicamente, na contradição de um conjunto de doutrinas defendidas por uma determinada religião, geralmente associado ao catolicismo, mas que também foi, de certo modo, utilizado por outras religiões como desculpa para punir os que fossem contrários às suas doutrinas, assim, como fizera a igreja católica e sua inquisição.

Portanto, as heresias foram práticas de pessoas e grupos que passaram a contestar as ações e dogmas da igreja representados na figura de padres e bispos e demais representantes dessa instituição. Durante toda a Idade Média, haviam grupos dispostos para isso, mas foi somente no final desse período que essas práticas começaram a serem mais amplas, pois era grande a insatisfação com a igreja e seus representantes.

Muito do que foi a igreja na sociedade medieval, estava sendo agora, criticado e a instituição tinha que fazer alguma coisa, nesse caso, passou a combater as heresias com muita força e violência contra esses grupos que não apoiavam mais ou não acreditavam mais na força dos dogmas da igreja católica.

Podemos dizer que foi um momento de forte violência contra os hereges por parte da igreja e que nesse período começam a ocorrer várias mudanças dentro da sociedade e que de alguma forma vai possibilitar uma mudança de mentalidade para que novos movimentos possam surgir. A igreja também aprendeu muito com esses grupos de hereges, pois suas práticas e dogmas de certa forma, foram alterados após a inquisição. Dessas reformas e mudanças, podemos citar a própria Reforma Luterana que vai propor algo diferente dentro da igreja. Sendo assim, foi um período de mudanças e que possibilitaram uma mudança na mentalidade da época.

3.2- Os tribunais de inquisição

Após ter realizado uma discussão sobre os hereges e as heresias medievais, vamos agora, discutir o que foi os tribunais de inquisição e as práticas adotadas pela igreja em relação aos hereges, pois como foi possível perceber anteriormente, esses incomodavam bastante a igreja.

Nossas fontes para fazer essa análise, são alguns textos sobre inquisição e a obra de Carlo Ginzburg *O queijo e os vermes* (2006) que é uma das referências sobre a inquisição medieval, suas práticas e como um indivíduo foi perseguido nesse contexto.

A história medieval, deve passar pela história da inquisição, que foi uma das práticas de maior violência nesse período e praticada pela igreja a partir da ação de padres e bispos que estavam fortemente ligados a igreja. A igreja passou a agir dessa forma porque não queria perder seus fiéis e ao mesmo tempo manter o controle sobre esses, gerando o medo e o temor nas mentes desses fiéis.

Nesse sentido, faz-se importante fazer alguns comentários iniciais sobre a inquisição medieval.

A inquisição, era o resultado da unificação de instituições eclesiásticas e civil. A primeira representada pelo clero, tinha a função de investigar, corrigir e julgar os delitos de heresia, podendo até aplicar castigos físicos aos hereges, mas sem jamais sujar as mãos de sangue humano, pois isso representava um imenso pecado, ainda mais se culminasse na morte da pessoa, o que estaria indo contra um dos mandamentos de Deus. Por isso, após o julgamento e tentativas de conversão, os réus eram encaminhados para um tribunal civil, onde então receberiam suas sentenças conforme as leis civis em funcionamento (ALVES Apud BERNARDO, 2016, p. 03)

Era um trabalho realizado em conjunto entre a igreja e algumas outras instituições civis, que de alguma forma apoiavam a igreja nessas ações no sentido de punir os hereges. Antes de realizar o julgamento dos hereges, a igreja fazia uma investigação para saber qual crime esse herege havia cometido e a partir daí, começa então a fazer o julgamento. Está bem claro que nesse tipo de julgamento não poderia extrair sangue da pessoa julgada, principalmente essa mesma não poderia ser morta.

Torna-se interessante perceber que esses tribunais de inquisição tinham também como proposta a conversão ao catolicismo desses hereges, mas caso, não aceitassem, esses eram levados para os tribunais civis para cumprir uma pena dada pelo tribunal de inquisidores.

Segundo as palavras de Alves (2016) a inquisição, juntamente com a justiça civil e até com a população, se propuseram a combater também a magia, o sortilégio e a alquimia, por serem associados a poderes sobrenaturais obtidos mediante pactos com o demônio. Isto quer dizer que a igreja buscava apoio de outras instituições e até mesmo de parte da sociedade que

pertenciam a igreja para poder perseguir esses hereges e a partir daí aplicar-lhes as penas que esses achavam ser coerentes o crime cometido.

No sentido histórico a inquisição foi uma prática adotada no século XIII em várias regiões ocidentais da sociedade medieval. Alves (2016) afirma que em 1232 a inquisição se espalhou por todo o Sacro Império Romano Germânico, agora com uma intuição oficial da igreja. Tendo suas atividades durado pouco na Alemanha e Inglaterra devido ao surgimento e expansão do protestantismo. Os tribunais da fé, foram confiados aos dominicanos e franciscanos, tendo ambas as ordens aceitado a missão da Santa Sé, o que levou muitos frades a serem mortos por hereges.

A igreja mesmo tendo apoio de outras instituições e grupos sociais, era a grande responsável e interessada em realizar os tribunais de inquisição, pois os hereges eram uma ameaça ao seu poder. Os conflitos eram intensos, onde hereges e inquisidores atuavam para poder minar o poder um do outro, no caso do herege, aconteciam ataques em relação aos padres que participavam dos tribunais de inquisição.

Para Alves (2016) afim de evitar represálias, os nomes dos denunciante eram mantidos em sigilo e revelados apenas aos jurados, que integravam um júri de 25 a 51 membros. Eram direitos do réu: conhecer o teor das acusações, autorização para se defender e possuir um advogado de defesa e testemunhas.

Essa era a base de um tribunal de inquisição medieval. Havia sigilo para aquele que denunciou o herege. Mas por outro lado, o réu tinha alguns “direitos”, que normalmente não eram colocados em prática, pois muitas vezes, mesmo com uma investigação sobre o crime, muitos outros eram julgados e condenados sem prova.

Vejamos de perto mais algumas informações importantes sobre os tribunais de inquisição que se tornaram uma prática comum nesse período da Idade Média, sendo um forte poder de coerção violenta por parte da igreja em relação aos grupos e indivíduos que cometiam “crimes” nesse contexto.

Ocorrido o julgamento eclesiástico de vários indivíduos, os hereges participavam de um ato público e solene denominado “auto-de-fé”, onde eram anunciadas suas sentenças e dado a eles a chance de se arrependerem de suas heresias e comprometerem ao seguimento das doutrinas católicas. Esses auto-de-fé tinham o objetivo de intimidar os hereges ocultos e fortalecer os cristãos inseguros. Os hereges mais teimosos eram então enviados aos tribunais civis, onde recebiam a pena de morte por estrangulamento, tendo seus corpos queimados em seguida. Os que cometiam heresias mais graves eram queimados vivos. As duras sentenças serviam de exemplo á população, e poucos eram os que se mantinham obstinados (ALVES, 2016, p. 05).

Os tribunais tinham uma organização para poder realizar seus julgamentos e na maioria das vezes condenar o acusado com graves penas, até mesmo o estrangulamento seguido de morte na fogueira. Mas antes disso, muitas vezes era oferecido o perdão, o arrependimento, mas muitos desses hereges, eram teimosos segundo a igreja e não aceitavam a imposição dessa instituição. A igreja com isso, queria que aquele herege pudesse voltar para a igreja aceitando suas doutrinas, mas alguns não aceitavam.

Tudo isso, gerava na população local, medo e pavor, pois assim, a igreja fazia um forte uso da repressão para manter seus demais fiéis firmes na crença de Deus e da igreja. Por outro lado, quando as pessoas ficavam sabendo dos tribunais de inquisição e suas práticas violentas, essas tinham medo de fazer alguma coisa contrária ao pensamento da igreja, assim, ficavam firmes na doutrina.

As torturas eram formas de minar as resistências desses hereges e dar exemplo para a população até mesmo com mortes por estrangulamento e incêndio de corpos na fogueira. Alves (2016) narra algumas dessas torturas.

Dentre as muitas torturas utilizadas estavam: a cadeira de interrogatório, uma cadeira repleta de pontas afiadas na qual o herege se sentava nu e amarrado, sendo a máquina aquecida causando queimaduras por todo o corpo da vítima por conta da grande condutibilidade de calor do metal; a dama de ferro, um sarcófago cujo interior era repleto de pontas afiadas que penetravam na pessoa quando colocada dentro do equipamento; a roda vertical, onde a vítima era amarrada perpendicularmente a ela, que quando girava expunha a vítima a brasas e pregos colocados no chão abaixo da máquina; o cavalo de estiramento, onde a vítima era deitada e tinha suas extremidades amarradas por cordas que ao serem esticadas esticavam os membros do indivíduo, causando muita dor a ele e até desmembramentos fatais; o potro, onde a pessoa era deitada e as partes mais carnudas de seus membros amarradas fortemente e apertados cada vez mais pela ação de uma manivela, tendo esse equipamento o efeito semelhante ao de um torniquete; e muitos outros engenhosos aparatos de tortura, sendo a fogueira o ápice do processo, o método de execução mais utilizado, caso a vítima sobrevivesse (ALVES, 2016, p. 08).

Assim, nessa longa citação, podemos ver como ocorriam as práticas dos inquisidores em relação aos hereges e como eram as formas de torturas e punições nesses tribunais da Idade Média. O autor acima, faz uma narração das mais variadas formas de tortura, indicando também como aconteciam essas práticas em relação aos chamados hereges. Essas torturas, vão se simples atos de pressão psicológicas, tortura física e até mesmo a morte, como é o caso da fogueira que tanto matou hereges nesse período da história das sociedades ocidentais.

Vargas (2010) argumenta que a inquisição foi criada pela igreja, no período em que houve diversos desvios da fé, através de interpretações radicais da Bíblia que criticavam a opulência do clero. Essas interpretações pregavam o retorno à pobreza do cristianismo primitivo

e contestavam a autoridade papal. Contestavam também a base dos dogmas católicos, colocando em risco todo o poder eclesiástico. Sua criação está inserida nesse contexto de ameaça às bases da unidade do catolicismo. Ao mesmo tempo, ela servirá para punir desvios de conduta individuais.

A inquisição foi criada para combater esses desvios dos fiéis que passavam a não mais acreditar nos dogmas da igreja. A igreja historicamente foi acumulando riquezas e não dividia com seus fiéis, que logo passaram a duvidar de algumas coisas dentro da igreja, como por exemplo, a vida muito luxuosa em conventos e mosteiros, a fundação ou criação de instituições financeira etc. Assim, esses fiéis passaram a perceber e começam a contestar o poder da igreja, bem como do seu representante maior que era o papa.

O poder católico nesse contexto, estava centralizado na figura do papa, pois esse e sua estrutura da igreja, não queria perder fiéis ou até mesmo separar o poder da igreja, que seria algo muito ruim nesse contexto, já que a igreja e a sociedade medieval estavam passando por uma forte crise, tanto moral como política.

Mas por outro lado, segundo Schulz (S/D) acontece que a Igreja não pouparia esforços para combater seus principais inimigos, aqueles que minam a sociedade de dentro para fora, os hereges. Tudo isso na visão da igreja, pois esses que iriam contra essa instituição deveriam ser perseguidos, porque eram pecadores e não respeitavam os dogmas da igreja, que afetava diretamente o seu poder como uma grande instituição moral e religiosa que estava presente em todos os lugares da sociedade medieval.

Schulz (S/D) ainda argumenta que já se pode perceber o quanto correu de tinta sobre essa questão, por isso basta para este estudo destacar aquilo que permanece diante dessa polêmica, a saber, a progressiva reunião de esforços para combater hereges sob a jurisdição eclesiástica da parte indivíduos que, de um modo ou de outro, servirão de exemplo, pelo seu trabalho, a sucessivas gerações de inquisidores.

Foi toda uma organização da igreja de combate aos hereges como está colocando o autor acima, pois a igreja não irá medir esforços para poder atuar e combater as heresias tanto individuais como coletivas e assim continuar dominando todas as relações dentro da igreja ou até mesmo na sociedade lá fora.

Destas heresias surgiram movimentos inteiros de contestação da igreja no sentido de realizar uma contestação da autoridade dos padres e da própria instituição religiosa que precisava realizar a manutenção do seu poder.

Entretanto, as heresias não surgiram por oposição à religião católica, mas dentro dela, tanto que os grupos tidos como heréticos, tais como os valdenses,

bogomilos, albigenses, dentre outros, pregavam o retorno da pobreza dos tempos do cristianismo primitivo, criticando a opulência que a igreja católica havia adquirido, assim como a venda de indulgências e a corrupção do clero (VARGAS, 2010, p. 163).

Essa defesa era muito importante, pois a igreja e algumas de suas ordens, pregavam a pobreza como forma de humanidade, onde os padres e bispos não podiam acumular riquezas, mas não é isso que acontece, grande parte dos seus integrantes e a própria igreja, irão fazer fortunas, inclusive vendendo as indulgências que seriam forma dos fiéis pagarem para poder receber em troca o perdão por ter cometido pecado. O clero ou grande parte dele, também participava de práticas corruptas, não somente pela venda das indulgências, mas pela usura e outras práticas que iam contra os princípios da igreja católica.

Ainda segundo Vargas (2010) a igreja utilizou a punição das heresias como forma de demonstrar sua piedade, ao mesmo tempo em que exibia a magnitude de seu poder, utilizando-se das cerimônias públicas, de autos-de-fé que eram aplicadas as penas, como forma de propagar tanto um como o outro. A igreja precisava mostrar para todos que esses hereges estavam sendo punidos e logo tratavam de organizar seus tribunais, para deixar bem claro quem detinha todo o poder na sociedade medieval.

Como foi apontado no início desse item, na obra *o Queijo e os Vermes*, Ginzburg (2006) analisa a trajetória de Menocchio que fez um depoimento no contexto da inquisição, onde este foi julgado por afirmar que o mundo tinha origem na “putrefação” e que tudo era um caos e a partir daí Ginzburg vai desenvolver um estudo sobre a trajetória de Menocchio o moleiro do norte da Itália. Apesar da história se passar no século XVI, vamos utilizar algumas fontes como informações desta obra para podermos discutir um pouco as ideias sobre a inquisição medieval.

Assim, Ginzburg (2006) narra que em 28 de setembro de 1538 Menocchio foi denunciado ao Santo Ofício, sob a acusação de ter pronunciado palavras “heréticas” e totalmente “ímpias” sobre Cristo. Não se tratara de uma blasfêmia ocasional: Menocchio chegara a tentar difundir suas opiniões, discutindo-as, ele não envergonhava de pregar e dogmatizar. Esse fato agravava muito sua situação.

O que podemos perceber na longa história e trajetória de Menocchio, que mesmo após o fim da inquisição medieval, essas práticas continuaram a existir em algumas regiões, como é o caso trabalhado por Ginzburg no norte da Itália, onde o autor descreve a história desse personagem. Era mais um caso de heresia para a igreja, onde Menocchio lança palavras contra a igreja, tornando assim, um inimigo dessa instituição. Na verdade, esse personagem foi processado pela igreja e Ginzburg (2006) deixa bem claro a intenção da igreja.

Não é fácil entender pelos autos do processo qual era a reação dos conterrâneos de Menocchio às suas palavras. É claro que ninguém estava disposto a admitir ter escutado com aprovação os discursos de um suspeito de heresia. Pelo contrário, alguns se preocuparam em comentar com o vigário-geral que conduzia o inquérito a própria reação indignada. Menocchio, por amor de Deus, não vai falando coisas por aí! – teria exclamado, segundo ele mesmo afirmou, Domenico Melchiori (GINZBURG, 2006, p. 33).

Muitas pessoas e os jurados assistiam os julgamentos nos tribunais de inquisição. No caso de Menocchio, era mais um acusado de heresia. No caso de Menocchio, este foi acusado por falar mal de Deus, que era um crime grave para os inquisidores, que não deixavam passar nada em branco. Por isso, esses tribunais acabavam exercendo um forte poder de pressão em relação aos indivíduos, não somente aqueles que cometiam heresias, mas geravam o medo para que os outros fiéis não pudessem cometer o mesmo crime.

Ginzburg (2006) nos mostra que o inquérito preliminar, diante das estranhas opiniões referidas pelas testemunhas, o vigário-geral perguntara primeiramente se Menocchio estava falando sério ou brincando; em seguida, se era são da mente. Em ambos os casos a resposta foi muito clara: Menocchio estava falando sério e dentro de sua razão, pois não estava louco.

Estamos diante de uma situação um tanto quanto engraçada, mas ela é fonte de verdade, pois o depoente está falando a verdade. Menocchio foi indagado pelo inquisidor se estava falando a verdade ou brincando, este vai dizer que é a verdade e que não estava louco.

O vigário-geral faz um discurso contraditório. Segundo Ginzburg (2006) ele começa denunciando a opressão dos ricos contra os pobres através do uso de uma língua incompreensível como o latim nos tribunais: Na minha opinião, falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Na verdade, é um contrassenso, pois a igreja pregava a pobreza, mas praticava a riqueza, onde esta instituição foi acumulando terras, cobrando as indulgências dos seus fiéis, organizou instituições financeiras, tudo isso tinha um objetivo, realizar a acumulação de capitais ao longo de sua história.

Os padres, mesmo fazendo o discurso de pobreza, esses estavam contribuindo para que a igreja pudesse acumular cada vez mais riquezas e realizasse a manutenção do seu poder. A língua falada pela igreja, era o latim, uma língua de difícil compreensão para os mais pobres e humildes, pois grande maioria não sabia ler nem em sua língua local, agora, imagina em latim. Era preciso ter clareza das coisas, mas a igreja vai sempre realizar atividades que irão contribuir para a manutenção da sua riqueza e do seu poder constituído.

Nos tribunais de inquisição, ocorriam os julgamentos e condenações por parte dos padres e bispos que integravam esse tribunal. Menocchio vai ser interrogado em um desses.

A maior parte dessas afirmações foi feita por Menocchio durante um único e longuíssimo interrogatório. Falaria tanto que surpreenderia – tinha prometido aos conterrâneos, e com certeza o inquisidor, o vigário-geral, o magistrado de Portogruaro devem ter ficado atônitos diante de um moleiro que com tanta segurança e agressividade, expunha suas próprias ideias (GINZBURG, 2006, p. 45).

Na sua grande maioria, esses interrogatórios eram muito longos, pois os inquisidores queriam saber em detalhes o que o acusado tinha para narrar para eles, assim Menocchio fez um longo depoimento diante desse tribunal. Isso demonstra que Menocchio era um homem culto e com certo poder sobre o que estava falando para os seus inquisidores.

Entretanto nas frases de Ginzburg (2006) o próprio Menocchio parece nos dar uma primeira indicação: tudo pertence a igreja e aos padres. Eles arruínam os pobres. Se tem dois campos arrendados, esses são da igreja, de tal bispo ou de tal cardeal. Isso demonstra a visão de Menocchio sobre a igreja, que era uma crítica radical para esse período, esse personagem era um moleiro autodidata, que mesmo com algumas leituras confusas, consegue perceber e fazer uma crítica em relação a igreja e sua forma de agir com os fiéis e principalmente com a acumulação de riqueza praticada pelos seus padres e bispos. Eram pessoas como Menocchio que a igreja perseguia, julgava e condenava nos tribunais de inquisição.

Na realidade nem mesmo isso parece possível. Entre o inquisidor e Menocchio, a uma certa altura, houve um diálogo significativo. O primeiro perguntou: o que o senhor entende por justificação? Menocchio, sempre pronto a expor suas opiniões, desta vez não entendeu. O frade precisou explicar-lhe *quid sit iustificatio* e Menocchio negou, como já vimos, que Cristo tivesse morrido para salvar os homens, já que, “se alguém tem pecados, é preciso que faça penitência. No que diz respeito à predestinação, fez o mesmo discurso. Menocchio ignorava o significado dessa palavra e só depois do esclarecimento do inquisidor respondeu: eu não acredito que Deus tenha predestinado alguém à vida eterna. Justificação e predestinação, os dois temas sobre os quais a discussão religiosa na Itália se acirrou no período da Reforma, não queriam dizer literalmente nada para o moleiro friulano – ainda que, como veremos, ele os tenha encontrado pelo menos uma vez no decorrer de suas leituras (GINZBURG, 2006, p. 55).

Neste trecho do texto, o autor nos apresenta a forma crítica e contestatória de Menocchio em relação a igreja e seus representantes, inclusive dúvida muito claramente da existência de Deus. Contesta também a concepção de predestinação e deixa meio que assustado o inquisidor. Esses temas para a época já eram temas polêmicos e os próprios integrantes do tribunal de

inquisição não quiseram discutir com Menocchio. Para esse período era muito estranho um simples moleiro e autodidata contestar as autoridades, o poder e os dogmas da igreja.

Ainda seguindo as ideias de Ginzburg (2006) Menocchio, portanto, não se vangloriava de revelações ou iluminações particulares; ao contrário, em seus discursos colocava em primeiro plano seu próprio raciocínio. Só isso já era suficiente para distingui-lo dos profetas visionários, pregadores ambulantes que entre o fim do século XIV e início do XV tinham proclamado estranhos vaticínios pelas praças das cidades italianas.

Menocchio é condenado a prisão depois de seu julgamento, Ginzburg (2006) narra esse fato da seguinte forma:

Infelizmente não temos a lista completa dos seus livros. No momento da prisão, o vigário-geral mandou que revistassem sua casa. Foram encontrados alguns volumes, mas não eram livros suspeitos ou proibidos e, portanto não foram inventariados. Podemos reconstruir, com certa aproximação, um quadro parcial das leituras de Menocchio, considerando apenas as referências que fez ao assunto durante os interrogatórios (GINZBURG, 2006, P. 67).

Essas práticas eram comuns pela igreja e seus representantes, pois iam até a casa do preso e aí faziam uma revista ou varredura em sua casa, para poder verificar se tinha algum livro proibido pela igreja. Era comum em quase toda a sociedade feudal, a igreja exercer um forte controle também da mentalidade das pessoas, o que essas estavam pensando, lendo e escrevendo, por isso, ter alguns livros proibidos pela igreja.

Como Menocchio era um crítico da igreja, sua casa foi rigorosamente revista pelos inquisidores com o fim de encontrar materiais inadequados para leitura de acordo com os interesses da igreja. Por isso, grande parte da população vivia amedrontada com a possibilidade de cometer uma heresia e ir parar diante dos tribunais de inquisição. Como era um leitor, Menocchio desenvolveu atitudes críticas em relação ao poder e aos dogmas da igreja e tinha uma forte consciência contrária a tudo isso, fato este que o levou a ser julgado por um tribunal de inquisição.

Nesse fragmento Ginzburg (2006) mostra que na verdade Menocchio não deu esse último passo, que o teria levado a afirmar um ideal de justa convivência humana, totalmente isento de conotações religiosas. Para ele, o amor ao próximo permanecia como um preceito religioso, ou melhor, o verdadeiro coração da religião.

Podemos ver como Menocchio realiza sua crítica em relação a igreja. Teria que haver amor ao próximo, que deveria ser a base da igreja, mas pela passagem, podemos inferir que ele não acreditava na existência desse amor pelos religiosos da época, a própria igreja em algumas de suas ações deixou a desejar nesse sentido.

Menocchio segundo Ginzburg (2006) faz algumas reflexões importantes respondendo ao inquisidor o senhor acredita então que não se saiba qual seja a melhor lei? – Foi sutil: senhor, eu penso que uma acha que a sua fé seja a melhor, mas não se sabe qual é a melhor... Era a tese dos fautores da tolerância, tolerância que Menocchio estendia – como Castellione – não só às três grandes religiões históricas, mas também aos heréticos.

No contexto de Menocchio, já era muito comum as pessoas defenderem uma fé diferente, pois já existiam outras formas religiosas além da católica, que passa a conviver com outras doutrinas religiosas como o protestantismo do início da sociedade moderna e que vai se desenvolvendo para várias regiões da Europa.

Por fim, segundo a análise de Vargas (2010) quanto mais a sociedade cristã medieval sentia se frágil e desprotegida em virtude do mal que assombrava – hereges, feiticeiras, judeus – mais se reforçava a ideologia da necessidade de um poder repressivo devidamente organizado para defender tal sociedade, que era incapaz de proteger-se sozinha. Desta maneira, se justificava assim, a necessidade de instalação dos tribunais inquisitoriais nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho de pesquisa monográfica, fizemos um estudo sobre a inquisição no contexto da Idade Média, suas características e como foram as ações da igreja e de seus representantes que eram os principais integrantes dos tribunais de inquisição nesse contexto.

Realizamos um estudo histórico para poder perceber como foi sendo construído toda a estrutura de poder da igreja, no sentido desta instituição ser detentora e dominar as demais relações no âmbito dessa mesma sociedade.

Inicialmente desenvolvemos algumas reflexões sobre as passagens da sociedade antiga para a medieval com a proposta de entender as mudanças mais significativas desse período de transição e posteriormente os primeiros passos da sociedade medieval, sua estrutura de poder e organização.

Logo depois fizemos uma investigação histórica sobre os princípios da igreja e como esta foi instituindo seu poder e seus dogmas com objetivos claros, que era dominar os fiéis católicos, pois esses passaram a acreditar quase que cegamente na igreja. O poder da igreja católica historicamente se tornou independente do tempo, pois sua estrutura de poder e organização se ampliou muito rapidamente nessa sociedade.

Durante o século XIII os hereges irão sentir todo o poder da igreja, pois os tribunais de inquisições foram uma forma da igreja tentar reestabelecer seu poder. Os crimes cometidos contra os dogmas da igreja ou de Deus eram investigados e os julgados eram condenados a penas muito violentas, até mesmo com a própria vida.

Neste sentido, foi possível perceber essas práticas que foram sendo cada vez mais violentas e não deixavam dúvidas da imposição da igreja e dos seus dogmas e dos seus interesses. Nesses tribunais, os acusados eram tratados com muita violência e muitas vezes não tinham saída, eram condenados a morte e da forma mais cruel e violenta.

Depois fizemos um estudo sobre as heresias, que eram as práticas por parte daqueles que não respeitavam os dogmas e a estrutura de poder da igreja e passavam a contestar de várias formas, duvidando de Deus, dos princípios da igreja ou realizando práticas de bruxarias que também eram consideradas como heresias.

Esses hereges foram sendo perseguidos durante esse período e eram presos, torturados e muitas das vezes com a pena máxima que era a morte. Foi possível perceber também que esses hereges eram tanto individuais, como havia grupos que iam contra o poder da igreja, mas a igreja vai combater de forma violenta essas práticas consideradas pecados mortais contra a igreja.

O mais interessante foi compreender de forma histórica a formação dos tribunais de inquisição, que passou a ser uma das necessidades da igreja para poder realizar a manutenção do seu poder constituído, pois esse era ameaçado pelas heresias. A igreja na verdade estava combatendo os hereges com medo de perder espaço e poder em relação aos seus fiéis, mas mesmo assim, as práticas de heresias irão continuar, como foi possível perceber na análise da trajetória de Menocchio no norte da Itália já no século XVI.

Nesse sentido, entender as heresias e os tribunais de inquisição na sociedade medieval, foi interessante por nos revelar todas as práticas, tanto dos hereges como da igreja no sentido do conflito e ao mesmo tempo da violência por parte da igreja, mas haviam grupos de hereges que também praticavam violência contra os padres e bispos católicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo de Carvalho. **O outro lado e uma nova história da inquisição medieval**. Manhaçu, FACIG, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **Cristianismo e política na Idade Média: As relações entre o papado e o império**. Dossiê Cristianismo e política na Idade média. Horizonte, Belo Horizonte. Vol. 07 n. 15 dez. 2009.

DOBB, Maurice. **A transição do feudalismo para o capitalismo: Uma réplica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GALLI, Sidinei. **Herofania: morte e poder na sociedade ibérica**. Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá, vol. III n. 09 jan, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006).

JUNIOR, Maurino Marques Nascimento. **Movimentos de resistência ao poder pastoral na Idade Média**. Revista eletrônica Espaço Teológico, vol. 10 n. 17 jan/jun, 2016.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. São Paulo, Edusc, 2005.

MICELI, Paulo. **História Moderna**. São Paulo, Contexto, 2016.

PARAIN, Charles. **A evolução do sistema feudal europeu**. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

SCHULZ, Marcos. **A grande virada da inquisição: heresias, tribunais e judeus na península ibérica – Séculos XV-XVIII**. S/D

SWEEZY, Paul. **Transição do feudalismo para o capitalismo: Uma crítica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VILAR, Pierre. **A transição do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo, Editora Contexto, 2000.